

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO DOUTOR TELMO PASSARELI –  
RELATOR DA REPRESENTAÇÃO Nº 1088889 DA SEGUNDA CÂMARA DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**RODRIGO HONORATO MARQUES**, servidor público, residente na Rua Luiz Souza Guedes, nº 152, Bairro Centro, CEP: 39.400-028, Montes Claros/MG, vem, por meio da sua procuradora, **DRA. VÂNIA ERENI LIMA VIEIRA**, advogada, inscrita na OAB/MG sob o registro de nº 109.372, com escritório na Av. Cula Mangabeira, nº. 210, Sala 708, Bairro Santo Expedito, na cidade de Montes Claros, MG, CEP.: 39.401-001, devidamente constituída (doc. anexo), em atendimento a citação realizada por meio do Ofício nº 7875/2021, apresentar **DEFESA**, com o intuito de contribuir com esta instituição no sentido de esclarecer os pontos controvertidos e demonstrar sua boa-fé.

**1. DA TEMPESTIVIDADE**

A juntada do AR nos autos **foi realizada dia 28/05/21**, com prazo de 15 dias para apresentação da defesa, sendo, portanto, tempestiva.

**2. DO RELATÓRIO E DOS FATOS**

Os autos se referem a Representação formulada pelo Ministério Público de Contas, em relação ao representado, em razão da alegação de acumulação de cargos públicos, na Prefeitura Municipal de Mirabela, na Prefeitura Municipal de Japonvar e na Prefeitura Municipal de Brasília de Minas, vínculo perante o Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões e Instituto de Previdência e Assistência Social de Itacarambi, no período de 2017 a 2018.

A Presidência do Tribunal de Contas, com objetivo de apurar as informações, fornecidas pela Malha Eletrônica de Fiscalização n.º 01/2017, emitiu Ofício-Circular n.º

7.352/2018 e posteriormente foram emitidos os Ofícios nº 13.461/2018, nº 13.355/2018, nº 13.153/2018, nº 13.580/2018 e nº 13.579/2018.

Em resposta aos Ofícios acima referidos, os gestores dos municípios de Mirabela, Japonvar, Brasília de Minas e, ainda, os Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões e o Instituto de Previdência e Assistência Social de Itacarambi, apresentaram esclarecimentos e encaminharam **a documentação (fls. 201 às 351 – 356 às 383) que foi devidamente analisada pela DFAP (juntada aos autos), com posterior despacho da Superintendência de Controle Externo, às fls. 384 a 391 v.**

A análise técnica realizada em relação a Prefeitura Municipal de Mirabela (fls. 8) destacou-se, que: “[...] **atendeu as solicitações respondendo aos Ofícios encaminhados pela Presidência desta Casa, encaminhando documentações importantes para análise como:** Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado, assinado e datado em 1/1/2017; Termo de Rescisão de Contrato Administrativo por Tempo Determinado, assinado e datado em 1/2/2018; Folha de Ponto Manual no período de janeiro a outubro de 2017. Em relação à Folha de ponto manual, às fls. 39/49, observa-se que o servidor registrava entrada e saída e não marcava hora extra, observa-se ainda, que este tipo de marcação de ponto não é o ideal, recomenda-se a utilização de ponto eletrônico com algum tipo de identificação, como digital, catraca, câmera e outros. Ressalta-se que o Município de Mirabela deixou de comprovar um documento muito importante que deve ser colhido antes de dar posse ao servidor, a declaração de não acumulação de cargo público [...]”.

Em relação ao referido documento, **salienta-se que, não foi solicitado ao representado tal declaração**, o que não representa má-fé da sua parte, uma vez que imediatamente ao ser notificado da incompatibilidade dos cargos, requereu a exoneração e consequente regularização do vínculo.

No tocante a Prefeitura de Japonvar, a análise técnica, ressaltou: “[...] protocoliza documentação sob nº 0000004213/2018, encaminhada pelo Prefeito Municipal, Sr. Leonardo Durães de Almeida, contendo os seguintes documentos: Termo de Posse, datado e assinado em 28/4/2014; Portaria n.º 59/2014, datada de 28/4/2014; documento (fls.19), não foi possível ver a data em que foi assinado, em que o servidor declara não possuir vínculos empregatícios em nível federal, estadual ou municipal [...] A Presidência desta casa por meio do Ofício nº 13.355/2018, de 25 de julho de 2018, enviado ao Sr. Leonardo Durães de Almeida, Prefeito Municipal de Japonvar, o qual informa que seria necessário, além da regularização da situação funcional do servidor, comprovar também a jornada de trabalho convencionada (lei, contrato de trabalho ou documento equivalente) e o seu cumprimento por meio de folha de ponto ou

documento equivalente. **Em resposta, o Prefeito Municipal, por meio do Ofício n.º 207/2018, protocolizado sob o n.º 0004904810/2018, apresenta a documentação solicitada [...]**”.

No que concerne ao Município de Brasília de Minas, atendendo ao Ofício-Circular n.º 7.352/2018 da Presidência: “[...]foi protocolizada Documentação sob o nº 0000009513/2018, encaminhada pelo Prefeito Municipal, Sr. Geélison Ferreira da Silva, com cópias dos seguintes documentos: Ofício n.º 109/2018, datado de 27/4/2018, informando que foi aberto Processo Administrativo em desfavor do servidor; Ofícios n.º 108/2018 e 110/2018, datados de 27/4/2018, em que a Prefeitura Municipal solicita instauração e abertura de processo administrativo; Termo de Posse, assinado e datado de 1/2/2016; Declaração, datada de 1/2/2016, em que o servidor atesta que não infringe o art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal (acumulação de cargos e funções); Demais declarações, datadas de 1/2/2016, referentes à posse do servidor; Ofício n.º 102/2018, datado de 9/5/2018, apresenta resposta complementar ao Ofício-Circular n.º 7.352/2018; Ofício n.º 001/2018, datado de 2/5/2018, em que o servidor afirma não possuir mais acúmulo de cargos; **Comprovantes de desligamento dos demais vínculos que o servidor possuía** [...] A Presidência desta casa por meio do Ofício nº 13.153/2018, de 25 de julho de 2018, enviado ao Sr. Geélison Ferreira da Silva, Prefeito Municipal de Brasília de Minas, o qual informa que seria necessário, além da regularização da situação funcional do servidor, comprovar também a jornada de trabalho convencionada (lei, contrato de trabalho ou documento equivalente) e o seu cumprimento por meio de folha de ponto ou documento equivalente. **Em resposta, a Procuradoria-Geral do Município, Sr. Darley Antunes Simões por meio do Ofício n.º 173/2018, protocolizado sob o n.º 0004782810/2018, apresenta cópias dos seguintes documentos:** Ofício n.º 05/2018, datado de 13/8/2019, em que o servidor descreve suas atividades como médico do trabalho; Lei n.º 1.951/2015, de 29 de junho de 2015 [...]; Termo de Posse, assinado e datado em 1/2/2016; Folha de Ponto, em formato manual, referente ao período de janeiro/2017 a abril/2018. Em relação à Folha de Ponto, em formato manual com dificuldade para identificar quantas horas trabalhadas (ilegível). Recomenda-se que a jornada de trabalho tenha seu registro através de um sistema de fácil identificação da pessoa e carga horária trabalhada explícita, através de ponto eletrônico com identificação digital, câmera, catraca ou outro meio que não gere dúvida. Ressalta-se que o servidor Rodrigo Honorato Marques, continua ativo como Médico do trabalho, **e que levou comprovação ao Município de Brasília de Minas das suas exonerações dos outros vínculos trabalhistas e Licença sem Vencimento no Município de Japonvar** [...]”.

Quanto ao Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões, a análise técnica, destacou que: “[...] com o intuito de atender ao Ofício-Circular n.º 7.352/2018 da

Presidência, protocolizou a documentação sob o nº 0000003913/2018, encaminhada pelo Prefeito Municipal de São João das Missões, Sr. José Nunes de Oliveira, referente ao Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões, contendo cópias dos seguintes documentos :Ofício n.º 009/2018, datado de 25/4/2018, em que o Superintendente do Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões informa ao Prefeito Municipal a exoneração do servidor; Nota de Esclarecimento do Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões, datada de 25/4/2018, em que o órgão apresenta informações acerca do vínculo com o servidor; Certidão, datada de 25/4/2018, a qual informa que o servidor foi exonerado pela Portaria n.º 002/2018, de 25/4/2018; Portaria n.º 002/2018, de 25/4/2018, que **EXONERA O SERVIDOR A SEU PEDIDO**".

Assim, a análise técnica, destacou: "[...] desta forma, o Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões, responde parcialmente o Ofício nº 13.580/2018 da Presidência, de 25 de julho de 2018, deixando de comprovar a jornada de trabalho convencionada (lei, contrato de trabalho ou documento equivalente) **e o seu cumprimento por meio de folha de ponto ou documento equivalente, enviando cópias dos laudos periciais como comprovação do desempenho das funções**".

Quanto ao Instituto de Previdência e Assistência Social de Itacarambi, a análise técnica, especificou: "[...] Atendendo ao Ofício-Circular n.º 7.352/2018 da Presidência, foi protocolizada documentação sob o nº 0000010513/2018, do Instituto de Previdência e Assistência Social de Itacarambi, contendo cópia do seguinte documento: Portaria n.º 09, de 26/4/2018, a qual exonera o servidor Rodrigo Honorato Marques, de cargo comissionado. A Presidência desta casa por meio do Ofício nº 13.579/2018, de 25 de julho de 2018, em resposta recebe documentação protocolizada sob o nº 0004788710/2018, do Instituto de Previdência e Assistência Social de Itacarambi, encaminhada pela Superintendente, Sra. Darcília Ferreira de Souza Oliveira, com cópias dos seguintes documentos: Portaria n.º 015/2017, datada de 3/4/2017, a qual nomeia o servidor; Portaria n.º 09/2018, datada de 26/4/2018, **a qual EXONERA O SERVIDOR;** Leis n.º 1.352/2005 e n.º 1.422/2006 (leis que criam o cargo), que reestrutura o Instituto de Previdência Municipal e dá outras providências; **Fichas de Atendimento de Perícia Médica, referente ao período de abril/2017 a abril/2018.** Em resposta, a Sra. Darcília Ferreira de Souza, por meio do Ofício/Super n.º 45/2018, protocolado sob o n.º 0004788710/2018, **informa que não há registro de ponto devido ao regime especial de trabalho inerente aos cargos comissionados, mas apresenta cópias dos laudos periciais como comprovação do desempenho das funções. Além disso, apresenta a documentação solicitada no ofício supracitado.**

Por fim, a análise técnica foi concluída, sugerindo a citação do servidor Rodrigo Honorato Marques, para, querendo, apresentar defesa e também **encaminhamento de Diligências ao Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões**, para que envie a este tribunal, **folha de ponto ou outro documento para comprovação de cumprimento da jornada convencionada e realização das atividades acordadas**.

Em seguida tem-se a Manifestação Preliminar do Gabinete da Procuradoria (cód. arquivo nº 2409357), e em sequência o despacho do Relator (cód. arquivo nº 2414982), à Secretaria da Segunda Câmara para promover a citação do Sr. Rodrigo Honorato Marques e para que proceda à intimação do Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, envie comprovação do cumprimento da jornada de trabalho e da realização das atividades acordadas pelo Sr. Rodrigo Honorato Marques (folha de ponto ou outro documento pertinente), no período em que esteve ativo junto à entidade.

### **3. DAS RAZÕES DA DEFESA**

Inicialmente cabe asseverar o teor das fls. 12 a 13, do relatório exarado pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal, que afirmou: **“A documentação recebida comprova também, que todos os defendentes ao receberem os Ofícios enviados pela Presidência do Tribunal, tomaram providências no sentido de regularizarem a situação funcional do servidor. [...] Em relação à jornada convencionada dos vínculos de trabalho com os municípios de Mirabela, Japonvar e Brasília de Minas, ficou comprovado por meio de folha de ponto do Instituto de Previdência e Assistência Social de Itacarambi, apresentou cópias dos Laudos Periciais como comprovação do desempenho das funções.”**

Diante da análise técnica acima relatada, extraiu-se que em relação à jornada convencionada dos vínculos de trabalho com os municípios de Mirabela, Japonvar e Brasília de Minas, restou comprovado por meio de folha de ponto do Instituto de Previdência e Assistência Social de Itacarambi, que apresentou cópias dos Laudos Periciais como comprovação do desempenho das funções.

Diante disso, infere-se que somente em relação ao Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões, há necessidade de esclarecimento, pois, apesar de juntar aos autos documentos que comprovaram a jornada convencionada do vínculo, não enviou documentação acerca do cumprimento, fls. 13: **“[...] conforme os outros defendentes apresentaram folha de ponto e Laudos Periciais como comprovação do desempenho das**

**funções, o que prejudica análise mais completa quanto ao número de horas trabalhadas pelo servidor, sendo necessário a apresentação folha de ponto ou outro documento para comprovação de cumprimento da jornada convencionada e realização das atividades acordadas**”.

Ademais, extrai-se da **Manifestação Preliminar**, emitida pela Procuradora do Ministério Público do TCE/MG, a Doutora Maria Cecília Borges, (cód. arquivo nº 2409357), requer, **que o Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões envie comprovação de jornada do servidor, nesse sentido, se manifesta**: “Em seu estudo (n. peça: 16, cód. arquivo: 2204555), a unidade técnica deste Tribunal conclui pela citação de Rodrigo Honorato Marques, bem como a realização de diligência para que o Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões envie comprovação de jornada do servidor. [...] REQUER ainda, nos termos do apontamento da unidade técnica, a intimação do Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões, para que envie comprovação do cumprimento da jornada de trabalho do servidor, no período em que estava ativo, sob pena de multa diária, a ser arbitrada por este Tribunal ao gestor responsável”.

Destarte, o representado, **cumpriu rigorosamente a jornada de trabalho, demonstrado pelos referidos entes públicos que realizaram os registros dos pontos e o arquivo dos laudos periciais realizados** (conforme a organização específica do órgão responsável). Ademais, não cabia ao servidor registrar os pontos, arquivar os laudos periciais, ou determinar a forma como tais registros deveriam ter sido realizados, uma vez que são atribuições dos defendentes. Nesse sentido, o Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões, forneceu as cópias dos laudos periciais, comprovando o trabalho realizado.

Ademais, é de se consignar que **imediatamente após ser notificado** do suposto acúmulo indevido, o representado, cumprindo seu dever, solicitou a exoneração dos cargos/funções incompatíveis e optou pelos 2 cargos efetivos e compatíveis com o Artigo 37, XI “c” da CRFB/88 e consoante interpretação autorizada do artigo 133 da Lei nº 8.112/90, com redação conferida pela Lei nº 9.527, de 10.12.97). **Assim sendo, observa-se a boa-fé do representado em relação a administração pública, além de inexistir danos ao erário.**

Diante disso, requer, preliminarmente, sejam consideradas, a documentação apresentada pelos defendentes em resposta aos Ofícios enviados pela Presidência do Tribunal, como suficientes para demonstrar a regularização da situação funcional do servidor, uma vez que consta nos autos à **fls. 07, 08, 10 a 14, 21** documentos que comprovam a imediata exoneração dos cargos e a demonstração de que a jornada convencionada nos vínculos de

trabalho com os municípios de Mirabela, Japonvar e Brasília de Minas, foi devidamente apresentada nos autos.

Em relação ao Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões, o representado, por meio de sua procuradora, solicitou por e-mail (**doc. nº 2 anexo**) a comprovação de jornada do servidor, o que enseja o reexame pelo Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, e após constatar a regularidade e o cumprimento efetivo da jornada de trabalho, possar determinar a extinção/arquivamento da presente representação, por não haver irregularidades ou prejuízos ao erário por parte do representado.

Destaca-se ainda que, houve um equívoco em relação ao cadastro de 40 horas semanais pelo Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões, **uma vez que a jornada contratada fora de 4 HORAS MENSAIS**, para executar perícias e emitir laudos periciais, conforme a Nota de Esclarecimento às fls. 12 (**doc. nº 3 anexo**), emitida em 25/04/18 pelo Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões, e os laudos periciais realizados (**docs. nº 4 anexo**) que comprovam que a carga total de horas contratadas **NÃO SOMAM AS 180 HORAS SEMANAIS**, trazidas pelo quadro de vínculos na administração pública no CAPMG.

Assim, observa-se que o equívoco no lançamento da carga horária por parte do Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões, não deve prejudicar o representado, que comprovou inequivocamente por meios dos laudos periciais realizados o efetivo cumprimento da carga horária contratada, além da **Nota de Esclarecimento, sobre a carga horária contratada**.

Por fim, uma vez que a documentação trazida aos autos, comprova, que todos os defendentes ao receberem os Ofícios enviados pela Presidência do Tribunal, tomaram providências no sentido de regularizarem a situação funcional do servidor, e juntaram os pontos e documentos que comprovaram o cumprimento da jornada de trabalho, resta inequívoca a inexistência de irregularidades e de prejuízo ao erário, e por razões de justiça, solicita a extinção/arquivamento da Representação em desfavor do Rodrigo Honorato Marques.

#### **4. DOS PEDIDOS**

**Requer:**

**4.1** o recebimento da presente defesa e a realização do **REEXAME** pelo Ministério público de Contas do estado de Minas Gerais da defesa e dos laudos periciais apresentados

(**anexo**) que comprovam o efetivo cumprimento da carga horária contratada, para fins de prova inequívoca de que a jornada de trabalho em relação ao Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões, foi devidamente cumprida, não havendo nenhum prejuízo para o erário.

**4.2** o reconhecimento de que a documentação apresentada pelos defendentes em resposta aos Ofícios enviados pela Presidência do Tribunal, sejam suficientes para demonstrar a regularização da situação funcional do servidor, uma vez que consta nos autos à fls. 07, 08, 10 a 14 e 21 que foi realizada a comprovação da exoneração dos cargos incompatíveis e a demonstração de que a jornada convencionada nos vínculos de trabalho com os municípios de Mirabela, Japonvar e Brasília de Minas, foram efetivamente cumpridas, restando provada a ausência de danos ao erário.

**4.3** seja considerado o equívoco em relação ao cadastro de 40 horas pelo Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões, **UMA VEZ QUE A JORNADA CONTRATADA FORAM 4 HORAS MENSAIS**, para executar perícias e emitir laudos periciais, conforme a nota de esclarecimento às fls. 12, emitida em 25/04/18.

**4.4** seja considerado o equívoco em relação ao cadastro de 40 horas pelo Instituto de Previdência Municipal de Itacarambi, uma vez que foram apresentadas as Fichas de Atendimento de Perícia Médica, referente ao período de abril/2017 a abril/2018, comprovando o trabalho realizado, além da declaração da Sra. Darcília Ferreira de Souza, por meio do Ofício/Super n.º 45/2018, protocolado sob o n.º 0004788710/2018, que informa que não há registro de ponto devido ao regime especial de trabalho inerente aos cargos comissionados.

**4.5** seja extinta/arquivada a Representação nº 1088889, após o REEXAME por meio da presente defesa e dos documentos acostados nos autos.

**Montes Claros, 08 de junho de 2021**

**Dra. Vânia Ereni Lima Vieira**  
**OAB/MG – 109.372**



**PROCURAÇÃO**

**OUTORGANTE:**

**RODRIGO HONORATO MARQUES**, brasileiro, casado, servidor público, inscrito no CPF sob o nº 087.292.416-50, residente e domiciliado na Rua Luiz Souza Guedes, nº 152, Bairro Centro, CEP: 39.400-028, Montes Claros/MG.

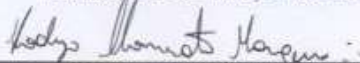
**PROCURADORA:**

A advogada **VÂNIA ERENI LIMA VIEIRA**, brasileira, divorciada, inscrita na OAB sob o registro de nº 109.372, com escritório na Av. Cula Mangabeira, nº. 210, Sala 708, Bairro Santo Expedito, na cidade de Montes Claros, MG, CEP.: 39.401-001.

**PODERES:**

**ESPECIAIS:** para representar o outorgante, promover, requerer e defender seus interesses **no processo nº 1088889 (Representação)** perante o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Montes Claros - MG, 24 de maio de 2021.



---

RODRIGO HONORATO MARQUES

## DOC. nº 02

COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO

Yahco5mua00c



**vania erani lima vieira** <vaniaeranimavieira@yahoo.com.br>  
Para: IPREM Instituto de Previdência Municipal de São João das Missões



ter, 25 de mai. de 2026

Cordiais saudações;

Em cumprimento à citação referente à Representação formulada pelo Ministério Público de Contas nº 1083889, solicitamos o envio das folha de ponto em outro documento para comprovação de cumprimento da jornada convencionada e realização das atividades acordadas, no período em que Rodrigo Honorato Marques, esteve ativo junto à entidade.

At,

Dra. Vânia Erani Lima Vieira  
Advogada - OAB/MG 109.372  
Professora Universitária - UNIFPMac - Centro Universitário  
Mestranda em Educação - UNIMONTES  
Mestra em Direito de Las Relaciones Internacionales y de La Integración en América Latina - UDE  
Especialista em Metodologias Ativas de Aprendizagem - UNIFPMac  
Especialista em Recursos Hídricos e Meio Ambiente - UFPA  
Especialista em Direito Penal e Processual Penal - FADISA  
Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário - FADISA  
Coordenadora de Pós-Graduação Latu Sensu em Direito e Exponkaria - FUNORTE



## NOTA DE ESCLARECIMENTO.

O INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES, por seu superintendente, **Sr. VAGNER DOS SANTOS OLIVEIRA**, em referência ao Ofício-Circular nº 7.352/2018, vem esclarecer que o servidor **RODRIGO HONORATO MARQUES** fora nomeado para o cargo de Médico Perito deste Instituto através da portaria nº 007/2017 para executar perícias nos servidores deste Município bem como emitir laudos periciais com carga horaria de 4 (quatro) horas mensais.

A medida foi tomada em razão da impossibilidade deste Instituto arcar com um profissional exclusivo para esta função haja vista ser a demanda de pequena monta porém imprescindível.

Entretanto, vale ressaltar que este Instituto desconhecia o acúmulo de cargos atestado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais uma vez que, destaca-se, o referido profissional só comparecia a este Instituto quando requisitado para realizar os trabalhos para que fora contratado.

Sempre primando pela busca dos princípios legais, em ofertar aos órgãos competentes toda e qualquer informação necessária, nos colocamos à disposição de todos para quaisquer esclarecimentos.

Att.

**INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES/MG.**

São João das Missões, 25 de abril de 2018.

  
Wagner dos Santos Oliveira  
Superintendente

  
Carlos Figueira de Souza  
Secretário Geral